

As disputas discursivas na CPMI das *Fake News* e a estratégia bolsonarista



revista compolítica

2022, 12(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2022.12.578

[Discursive disputes in the Fake News parliamentary inquiry commission in Brazil and Bolsonaro strategy]

Tathiana Senne Chicarino

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
[Pontifical Catholic University of São Paulo]

Desirée Luíse Lopes Conceição

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
[Pontifical Catholic University of São Paulo]

Rosemary Segurado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
[Pontifical Catholic University of São Paulo]

Resumo

O fenômeno das fake news marcou de forma expressiva as eleições 2018 no Brasil, beneficiando principalmente a campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi aberta para investigar o ocorrido. Três audiências da chamada CPMI das Fake News serão analisadas neste artigo, que tem por objetivo compreender as disputas discursivas presentes nesses espaços. A metodologia é baseada na matriz francesa da análise de discurso e fizemos emergir o discurso dos depoentes e parlamentares, em suas interações de dissenso ou consenso, a partir de duas categorias heurísticas dos processos discursivos, os posicionamentos: em relação à disseminação de desinformação; e em relação às eleições 2018. Identificamos uma ação deliberada do bloco bolsonarista para controlar os sentidos discursivos por meio da reprodução de estratégias retóricas já utilizadas na campanha eleitoral e no governo Bolsonaro.

Palavras-chave: discurso; CPMI das fake news; Bolsonarismo.

Abstract

Fake news as a phenomenon got attention in the 2018 election in Brazil, mainly benefiting the campaign of then-candidate Jair Bolsonaro. A parliamentary inquiry commission has begun work to investigate the incident. Three hearings of this commission will be analyzed for this research, which aims to understand the discursive disputes present in these meetings. The methodology is based on French discourse analysis and we made the discourse of deponents and parliamentarians emerge, in their interactions of dissent or consensus, from two heuristic categories of discursive processes, the positions: (1) related to the dissemination of disinformation; (2) and in relation to the 2018 election. We identified a deliberate action by the Bolsonaro's group to control the meanings of the records through the reproduction of rhetorical strategies already used in the electoral campaign and also during the Bolsonaro administration.

Keywords: discourse; Parliamentary Inquiry Commission; fake news; Bolsonarism.

As disputas discursivas na CPMI das fake news e a estratégia bolsonarista

Tathiana Senne CHICARINO
Desirée Luíse Lopes CONCEIÇÃO
Rosemary SEGURADO

As informações são base fundamental para o debate democrático, transparente e ancorado em fatos. Nesse sentido, verificamos nos últimos anos que o fenômeno conhecido como *fake news* vem produzindo impactos nas sociedades democráticas e fazendo parte da preocupação de comunidades de jornalistas, acadêmicos, políticos, ativistas, entre outros. Trata-se de algo complexo e multifacetado com alguns estudos pioneiros (Allcott & Gentzkow, 2017; Bounegru et al, 2017; Tancod et al, 2017; Wardle & Derakhshan, 2017) que buscaram compreender as dimensões dessa realidade.

A partir da literatura sobre o tema podemos afirmar que as notícias falsas sempre existiram, mas é importante distinguir suas características ao longo da história. A principal delas é justamente a forma de compartilhamento, principalmente pelo alcance que as *fake news* adquirem com ampla interação em plataformas das mídias digitais, provocando efeitos negativos na democracia, considerando que parcela significativa da sociedade está formando suas interpretações de acontecimentos com base em distorções e falsificações.

Pode-se afirmar que a desinformação se propagou concomitantemente com a ampliação das mídias digitais móveis e esteve muito relacionada ao avanço da organização da extrema-direita no ocidente (Marwick & Lewis, 2017; Gomes & Dourado, 2019; Dourado, 2020) e “tem certamente a ver com a irrupção da cultura antipolítica e antissistema” (Dourado, 2020, p. 1). A utilização de notícias falsas como arma política pode encontrar sustento em Castells (2009), quem destaca que por meio das redes digitais não somente se realiza a comunicação, mas para além disso é onde se estabelecem posicionamentos, o que configura uma intensificação do exercício do poder a partir das novas tecnologias.

Dentro dos embates políticos, Cepêda (2018) evidencia que as estratégias retóricas são sustentáculos da disputa ideológica. A autora lembra que Hirschman (1992) trouxe uma grande contribuição a partir

da detecção dessas estratégias desenvolvidas pelo campo conservador, que também vão ser aproveitadas por outras correntes do pensamento de direita “e representam ferramentas notáveis quando se trata da disputa ideológica no âmbito da argumentação racional” (Cepêda, 2018, p. 49). No entanto, e o que nos interessa mais aqui, uma característica que tem se evidenciada no país nos últimos anos é a luta ideológica fora do escopo da argumentação racional, “a guerra híbrida, com o recurso à falsificação da história e do marco teórico, com associações perversas entre temas, eventos, ideias que de fato não ocorreram” (p. 49). Segundo a autora, isso acontece apoiado especialmente nas *fake news* e se soma ao já apontado por Hirschman.

Nas eleições de 2018, no Brasil, foi possível identificar ondas de notícias falsas e a campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (então no PSL e posteriormente no PL) foi uma das maiores beneficiadas (Nicolau, 2020; Dourado, 2020).

A *Folha de S. Paulo*¹ revelou que empresas compraram pacotes de disparos em massa de mensagens com desinformação disseminadas em grupos de WhatsApp contra o candidato do PT à época. A prática era considerada ilegal pela legislação em vigor que, desde a Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº. 13.165), proíbe doações de pessoas jurídicas para as campanhas.

Essas denúncias foram fundamentais para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em 4 de setembro de 2019 que objetivava investigar os indicativos de impactos no pleito mencionado e os crescentes ataques nas redes digitais aos políticos e personalidades públicas.

Das 42 audiências realizadas entre outubro de 2019 a março de 2020 pela conhecida publicamente como CPMI das *Fake News*, selecionamos três como objeto de análise desta pesquisa: Allan dos Santos, autointitulado jornalista e youtuber; Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário de uma empresa de marketing digital; e Joice Hasselmann (então PSL-SP, depois PSDB-SP), deputada federal.

A partir dos depoimentos, o objetivo do artigo é avaliar as disputas discursivas, entendendo cada depoimento como um evento não isolado do contexto político mais amplo, mas sim como um espaço de embates entre parlamentares e de reafirmação de posições, que ganhou um elemento novo a partir das eleições de 2018, a constituição do bolsonarismo.

¹ Disponível em: Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp - 18/10/2018 - Poder - Folha (uol.com.br). Acesso em: 2. Nov. 2020.

Definido por Couto (2021, p. 43) como governo-movimento, Bolsonaro e o bolsonarismo teriam como objetivos centrais a produção de ruído, criação de inimigos e deslegitimação das instituições e não a obtenção de resultados concretos em termos de políticas públicas. Esses objetivos encontram no discurso político uma forma de produzir esses sentidos coletivos.

Há evidências empíricas acerca dessa estratégia bolsonarista na literatura. Citamos a pesquisa de Cesarino (2020), que, desde uma perspectiva laclauiana, identifica na campanha digital de Bolsonaro o uso de apelos emotivos (ódio ao inimigo, ressentimento, revanchismo, decepção) e a técnica de mobilização permanente por meio de ameaça e crise, além do combate ao inimigo, como característicos de lideranças populistas. Há também a etnografia realizada por Kalil (2018) em que consta uma multiplicidade de discursos que virão a compor o mosaico bolsonarista, sendo fundamental para sustentar discursivamente a segmentação de seu eleitorado potencial em 2018 na atual ecologia midiática. E mesmo Rocha (2021), que, citado em outros momentos do artigo, vai analisar o sistema de crenças olavistas como mobilizador do bolsonarismo amparado na retórica do ódio.

Assim, nossa hipótese argumentativa é a de que, se as estratégias discursivas fundamentam a atuação de Bolsonaro desde a campanha eleitoral até o decorrer do mandato, controlar os sentidos discursivos em um ambiente institucional como a CPMI também seria crucial. É de onde vem a contribuição do presente artigo. Para tanto, os parlamentares bolsonaristas se constituem como um bloco de disputa em relação à oposição, defendendo Bolsonaro e acionando o antipetismo.

Em relação à estrutura do artigo, primeiramente realizamos uma descrição geral sobre a CPMI das *Fake News*. Posteriormente, apresentamos a metodologia da pesquisa e, por fim, as análises das oitivas, bem como do discurso dos parlamentares durante essas três audiências. Os depoentes mencionados serão melhor caracterizados posteriormente.

A CPMI das Fake News

A Constituição Federal de 1988 determina o escopo jurídico tanto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) quanto das CPMIs, concedendo-lhes “poderes de investigação próprios de autoridades

judiciais”. Suas conclusões deverão ser encaminhadas para o Ministério Público “para que promovam a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”².

A CPMI das *Fake News* teve natureza transitória e mista, portanto, contou com a participação de deputados federais e senadores, sendo 16 titulares e 16 suplentes. A presidência da CPMI ficou a cargo do senador Angelo Coronel (PSD-BA); a vice-presidência, do deputado e líder do governo na Câmara Ricardo Barros (PP-PR); e a relatoria ficou com a deputada Lídice da Mata (PSB-BA).

Os parlamentares que fizeram parte da comissão foram escolhidos por indicação das lideranças partidárias. Quanto maior for a representação de um partido no Parlamento, maior poderá ser o número de integrantes em comissões.

Nesse sentido vale destacar que o Congresso, em especial a Câmara dos Deputados, passou por uma importante mudança de quadros em 2018 de acordo com Santos e Barbosa (2021). O PSDB perde protagonismo, tanto no governo quanto na oposição. O PT, ainda que tenha eleito a maior bancada no citado pleito, não possuía a mesma capacidade de aglutinar o grupo de partidos de esquerda (ao menos até a formação das alianças para as eleições de 2022).

Durante a fase de proposição da CPMI, são coletadas informações por meio de solicitação e recebimento de documentos que podem conter denúncias e investigações; dados bancários; dados telefônicos; estudos e pareceres técnicos; dados oriundos de plataformas presentes na internet, tais como Facebook, Instagram e YouTube, de sites e mesmo do WhatsApp (especificamente no caso dessa CPMI).

Outra fonte de levantamento de informações durante a fase de proposição são as audiências públicas e oitivas realizadas com depoentes, convidados ou convocados³. No início da pandemia de Covid-19, os trabalhos da CPMI foram suspensos em razão do isolamento social.

² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/outras-publicacoes/cpis>. Acesso em: 2. Nov. 2020.

³ Algumas audiências foram interativas e-participe, em que era possível enviar perguntas.

Procedimentos metodológicos

Em função da elevada quantidade de material empírico gerada no âmbito da CPMI, mas também por identificar importantes disputas de poder entre deputados e partidos durante as audiências, optamos por empreender uma investigação baseada na matriz francesa da análise de discurso, entendendo que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 28).

Assim, selecionamos as notas taquigráficas dos depoimentos de Allan dos Santos, Hans Rivers e Joice Hasselmann como nosso *corpus* de análise por identificá-los como personagens-chave dos meandros e bastidores da produção e disseminação de desinformação nas eleições de 2018. Ainda é possível ressaltar a importância dos depoimentos ao relacionar as revelações durante as audiências com o *modus operandi* do bolsonarismo na adoção da desinformação como uma estratégia política que continua durante o mandato presidencial.

Allan dos Santos é um dos principais personagens a compor o ecossistema comunicacional bolsonarista (Chicarino & Ronderos, 2019), com atuação destacada no *impeachment* de Dilma Rousseff. Mais do que admirador de Olavo de Carvalho, o autoidentificado jornalista é um replicador da técnica discursiva baseada na retórica do ódio como dito por Rocha (2021) em etnografia textual realizada sobre o também autointitulado filósofo. Assim, da oitiva de Santos esperamos obter evidências sobre a formação da opinião no campo bolsonarista, dado que atua como um *gatekeeper* digital, na linha do que Recuero (2020) chama de influenciador informacional, em um modelo de negócios extremamente lucrativo⁴.

Já Hans River do Rio Nascimento é um ex-funcionário da Yacows, empresa investigada por fraudes na campanha eleitoral de 2018, acusada de promover disparos de mensagens em massa de forma ilegal via WhatsApp. Seu depoimento se destaca por revelações sobre a operacionalização da produção e compartilhamento de informações nas redes digitais, também trazendo à tona a desinformação como um modelo de negócios no contexto das campanhas eleitorais hipermediatizadas (Ituassu; Lifschitz;

⁴ Conforme artigo de Rocha (2022, p. 30): “Entre janeiro de 2019 e agosto de 2021, 11 canais de YouTube pró-Bolsonaro, que divulgavam informações falsas sobre urnas eletrônicas, arrecadaram mais de dez milhões de reais. Os canais que mais lucraram antes de serem bloqueados judicialmente foram o Folha Política, com 2,5 milhões de reais, e o youtuber Allan dos Santos, com 1,7 milhão de reais”.

Capone; Mannheimer, 2019). Além disso, especialmente por apontar indícios da atuação de atores políticos profissionais no WhatsApp, emulando um comportamento espontâneo e desinteressado, mas que, ao contrário, possui um alto grau de coordenação e centralidade (Chagas, 2022).

Por fim, a deputada federal Joice Hasselmann, que foi eleita em 2018 na esteira de um intenso ativismo antipetista, passando a ser a mulher mais votada para a Câmara dos Deputados da história do Brasil. Construindo uma campanha a partir do eixo “mulheres de direita em ‘guerra’ pela salvação do Brasil sob a liderança de Bolsonaro” (Martins; Alves; Chicarino, 2021, p. 138), o propagandeado slogan *BolsoJoice* não se sustenta no decorrer de seu mandato e já em 2019 se distancia do grupo bolsonarista mais radicalizado e por eles é defenestrada. Foi no seu depoimento que surgiu pela primeira vez o termo “gabinete do ódio”.

Para as análises discursivas, fizemos emergir do discurso proferido por Santos, River e Hasselmann, e pelos parlamentares que estabeleceram diálogo de dissenso ou de consenso, duas categorias heurísticas dos processos discursivos: o posicionamento em relação à disseminação de desinformação e o posicionamento em relação às eleições de 2018. A orientação metodológica é que ambas funcionem como um filtro de seleção do próprio discurso, que pode conter dispersões, reminiscências e/ou digressões que fogem do nosso escopo.

Como nossa hipótese argumentativa é a de que o bolsonarismo buscou controlar os sentidos discursivos na CPMI, adotamos como perspectiva metodológica a matriz francesa de análise de discurso, fortemente amparada em Orlandi (1994; 2015) – que parte de uma base epistemológica foucaultiana com inspiração em Pêcheux – entendendo o discurso como o texto e a discursividade como o próprio processo discursivo. Ou seja, há um movimento, um curso, um percurso, que buscaremos apreender e sistematizar. Para tanto, estabelecemos dois eixos investigativos, não apartados, ao contrário articulados – as condições de produção e a formação discursiva –, sendo eles as bases da análise do discurso na forma em que produz sentidos (quadro 1); e as categorias heurísticas acima citadas já que o discurso é o “efeito de sentido entre locutores” (Orlandi, 1994, p. 53).

Quadro 1: bases da análise do discurso

1. Condições de produção ou as “condições materiais sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos” (p. 22) são a composição de: a) <i>sujeito discursivo</i> (em seu posicionamento ideológico), diz sobre os sujeitos em posição de produção de sentidos; b) <i>situação discursiva</i> (ou os fatores sócio-históricos).
2. Formação discursiva ou a “condição de possibilidade do discurso” (p. 22): a) <i>interdiscurso</i>: constituição dos sentidos ou o espaço ideológico no qual se desenvolvem as formações discursivas, a memória discursiva ou “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”; b) <i>intradiscurso</i>: relativo ao fio condutor do discurso, em seu encadeamento empírico.

Fonte: adaptado de Orlandi (2015) / Source: adapted from Orlandi (2015).

E como “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (Orlandi, 2015, p. 62), abaixo seguiremos com a análise das audiências selecionadas.

Análise do discurso

Como mencionado, o pleito eleitoral de 2018 no Brasil foi marcado por uma crescente circulação de informações falsas no âmbito digital (Nicolau, 2020), destacando-se a plataforma WhatsApp como um meio propagador de *fake news* (Dourado, 2020; Benites, 2018; Empoli, 2019; Segurado & Chicarino, 2022).

Quando tratamos da *situação discursiva* ou *fatores sócio-históricos* como uma das bases da análise do discurso, estamos nos referindo justamente a esse contexto, no qual as audiências da CPMI compõem o objeto de análise deste estudo. Os demais itens que constituem as bases da análise do discurso serão desenvolvidos a seguir, mais bem explicitados em cada uma das audiências dos depoimentos escolhidos.

Depoimento de Allan dos Santos e a atuação do youtuber

Apresentando-se como um católico praticante em uma empreitada “contra o mal em favor dos anjos”, além de ter sido convocado a comparecer na CPMI na condição de investigado, Allan também era investigado em dois inquéritos: um aberto a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) com apuração de atos antidemocráticos no Brasil; e o outro no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) que trata de disseminação de notícias falsas.

Em aproximadamente cinco horas e meia⁵, o *sujeito discursivo* Allan dos Santos utiliza extensamente estratégias discursivas de sátira, provocação (acusando inquiridores de emitirem *fake news*) e de refutação em relação aos parlamentares que o estão inquirindo, também os interrompendo em suas exposições.

A audiência realizada no dia 5 de novembro de 2019 se inicia pela leitura da fundamentação do requerimento de autoria de Rui Falcão (PT-SP) pelo presidente da CPMI:

O sr. Allan dos Santos é um dos fundadores do blog Terça Livre, um dos mais conhecidos propagadores de fake news na internet. A atuação dos redatores de conteúdo dessa página na internet foi questionada desde a sua fundação, em 2014, por conta de inúmeras notícias falsas veiculadas por essa página. Também ficou conhecido por atuar durante a campanha eleitoral de 2018 próximo ao então candidato Bolsonaro e seus filhos, segundo notícias da imprensa, tendo como principal característica a prática da divulgação de notícias falsas e usando extrema hostilidade contra seus adversários, incluindo políticos e jornalistas.

Analisamos que tal audiência é marcada por dois tipos de *interdiscursos*: uma disputa, por vezes exacerbada, entre os próprios parlamentares; e a convergência e concordância entre parlamentares e o próprio depoente. Em ambos os casos a principal estratégia discursiva mobilizada é a “questão de ordem”: pela situação para tumultuar ou para defender Allan e pela oposição para se contrapor às falas de Allan ou aos posicionamentos dos parlamentares bolsonaristas.

⁵ Há desvio de assuntos a todo momento. Por essa razão nos concentramos nas categorias heurísticas do processo discursivo citadas nos procedimentos metodológicos.

Quanto ao primeiro tipo de *interdiscurso* observamos que parlamentares bolsonaristas provocam parlamentares do PT fazendo acusações e ilações que os deixam irritados. Destacamos um dos principais confrontos da audiência, em que o senador Humberto Costa (PT-PE) diz se solidarizar:

[...] com o senador Randolfe Rodrigues, que foi vítima de uma ação de estímulo à atuação de milícias digitais no seu estado, por intermédio do deputado Marco Feliciano. Literalmente, o deputado gravou um áudio, incitando outro deputado do estado do Amapá a promover o espancamento digital do senador.

Complementa dizendo que fará pedido de comparecimento do deputado. Na sequência, o deputado Filipe Barros (PSL-PR) intervém:

[...] da mesma forma como o senador Humberto Costa, eu gostaria de me solidarizar com o presidente Jair Bolsonaro, que foi vítima de uma fake news orquestrada pela Rede Globo, da família Marinho, na semana passada, através de um jornalismo porco, sórdido, "sujismundo", motivo pelo qual eu apresentei a esta Comissão um requerimento de convocação do sr. William Bonner, bem como da família Marinho.

Minutos depois da fala do senador Humberto Costa, Marco Feliciano (Podemos-SP) pela “questão de ordem” rebate: “*fake news* é dada por esse senador. E esse senador me acusa aqui de *fake news*. Não fiz *fake news*”, dizendo que se trata de uma vingança pessoal de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) por este ser contra Bolsonaro.

Neste cenário, podemos observar como estratégia a desqualificação do trabalho da imprensa (Gomes & Dourado, 2019), já adotada por Bolsonaro desde a campanha eleitoral 2018 bem como durante a continuidade de seu governo. Das comunicações em que o presidente citou o termo *fake news* em seu Twitter, nos três primeiros meses de 2019, 81% delas estavam atreladas à mídia, pondo em xeque o trabalho da imprensa (Conceição & Lobo, 2019). Além de detectarmos a técnica denominada como hipérbole descaracterizadora, também identificada na comunicação digital da campanha de Bolsonaro, que a fim de inibir críticas e questionamentos reitera constantemente o que acabou de ser dito, com frases de efeito e falsos silogismos, até suprimir deliberadamente quaisquer mediações (Rocha, 2021).

No segundo tipo de *interdiscurso*, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) sugere que a CPMI convide Santos a colaborar com uma discussão mais ampla sobre *fake news*, em como impedir sua ocorrência nas próximas eleições, algo reiterado por Celso Russomano (Republicanos-SP), ao que Santos responde:

[...] não sei como solucionar esse problema tendo o comunismo uma voz, um microfone tão livre como se nós tivéssemos a voz do nazismo sendo propagada. Eu não sei como a gente vai ter uma relação entre homens que exigem a liberdade, exigem a confiança, sendo que existem correntes como esta: o comunismo, o nazismo, o fascismo, que não querem a liberdade.

O depoente parece tergiversar, levando o assunto para fora do escopo racional como menciona Cepêda (2018), ao trazer para o debate a suposta ameaça de implementação do comunismo no país. Evidenciamos que o combate ao comunismo também era um dos mecanismos utilizados eleitoralmente por Bolsonaro, reverberado em grupos públicos de WhatsApp (Chagas, Modesto & Magalhães, 2019) para argumentar a necessidade do voto no então candidato, que “salvaria o Brasil desse mal”. O que também se relaciona com a retórica do ódio, estratégia que tem como alvo expresso uma “esquerda” compreendida como um bloco monolítico e que se pretende simbolicamente eliminar. “Daí a necessidade de identificar o inimigo de forma inequívoca ou o próprio discurso perderia substância” (Rocha, 2021, p. 160).

Sobre o *intradiscurso* presente no processo discursivo dessa audiência, observamos a mesma lógica do *interdiscurso*. Para fins analíticos, faremos a seguinte divisão: 1. O discurso dos inquiridores; 2. O discurso do próprio Allan; 3. O discurso dos apoiadores de Allan.

O *intradiscurso* dos inquiridores possui três eixos principais. Em um deles há acusações expressas de prática de *fake news* – publicação de “informações inverídicas” ou ações de “assassinato de reputação”, conforme inquire a relatora Lídice da Mata. O depoente justifica e rebate cada uma das acusações, inclusive reafirmando alguns posicionamentos, mas sem apresentar fonte, como: “E há, sim, provas contundentes de grupos LGBT que, sim, querem aprovar a pedofilia. Isso está vastamente documentado não apenas no Brasil como no mundo”.

Em outro momento, os questionamentos giram em torno de qual é a fonte de recursos da empresa Terça Livre. Os parlamentares o interpelam acerca de sua relação com o PSL e com Bolsonaro em específico, se é financiado por eles. Humberto Costa discursa sobre “ir atrás de quem financiou” as redes de WhatsApp da campanha.

Por fim, ainda sobre a relação com o presidente e seu então partido durante a campanha eleitoral, o PSL, Luizianne Lins (PT-CE) pergunta se Santos faz parte de uma milícia digital bolsonarista. Ele

pergunta: “militância ou milícia?”. Ela corrige dizendo “militância”, e fica inquirindo se ele é parte dessa militância, ao que o depoente, em discurso circular, responde que apoia o presidente.

No *intradiscurso* do próprio Allan também identificamos eixos distintivos ou encadeamentos empíricos como nos diz Orlandi (2015). Como uma crítica intensa às agências de checagem de informação. Afirmou que *Aos Fatos* deve explicações, e que essa CPMI teria lhe dado legitimidade. Filipe Barros concorda e defende: “nem tudo o que é impreciso ou incompleto é *fake news*”.

Arelado a esse eixo está uma constante defesa de sua função jornalística, e como tal teria a prerrogativa de publicar a opinião de outras pessoas e de manter sua fonte em sigilo: “Se o jornalista tiver, toda hora, de quebrar o sigilo de fonte, como nós vamos balancear a democracia, senhores? O jornalismo precisa ser livre para poder emitir suas opiniões! E, se houver algum problema, que seja procurado no juízo competente”, afirmando também que acredita quererem silenciar a liberdade de expressão.

A evocação da liberdade de expressão como algo supremo e absoluto também tem sido um recurso utilizado nas argumentações que defendem que há uma “censura progressista” ou uma espécie de recriminação a partir do “politicamente correto” (Empoli, 2019), o que será melhor discutida posteriormente.

Como terceiro eixo do *intradiscurso*, de Allan ainda, identificamos como o depoente se empenha em afastar a responsabilidade sobre o processo de desinformação atual. Culpa o analfabetismo funcional que dificultaria o entendimento das notícias. Em alguns momentos, diz que certas matérias não são dele, mas da empresa Terça Livre. Menciona que divulga notícias, no entanto ele não teria como saber se são *fake news*; e, se (como Glenn Greenwald) se sentir atingida, somente a própria pessoa pode “requerer esclarecimentos”, não a CPMI.

Já sobre o *intradiscurso* dos apoiadores de Allan, fica circunscrito a dois articulados campos discursivos: sobre o jornalismo no Brasil e sobre a presidência de Jair Bolsonaro.

Filipe Barros, chamando Santos de amigo, diz: “eu só me informo através do Terça Livre. Não me informo através da Rede Globo, Brasil 247, o Diário do Centro do Mundo etc.”. Allan reforça que mídias como a dele são uma ameaça ao monopólio da mídia tradicional, sendo essa uma das razões para “quererem silenciá-lo”. Reforçamos que a deslegitimação da mídia tradicional tem feito parte da

estratégia de governantes e influenciadores digitais de extrema-direita para imputar uma crescente desconfiança da população em relação ao trabalho jornalístico (Segurado, Conceição & Marchena, 2021).

Otoni de Paula (PSC-RJ) tece elogios a Santos e diz, quando vemos novamente ataques à imprensa:

O que me preocupa e o que nos deve preocupar não são fake news feitas nas redes sociais, às vezes de um amadorismo extremo, mas são aquelas promovidas pelos órgãos oficiais de imprensa. Portanto, se esta CPMI não chamar os grandes conglomerados da comunicação brasileira aqui, ficará [é interrompido]...

O Delegado Éder Mauro (PSD-PA) também parabeniza Santos e diz que a CPMI é fake e que só quer tirar o presidente do poder.

Depoimento de Hans River e a sistemática dos disparos em massa

Segundo Hans River, em seu depoimento à CPMI das *Fake News* em 11 de fevereiro de 2020, ele começou a trabalhar na empresa Yacows em 2018 para realizar atividades na área de *marketing* na função de operador.

A audiência de River, ouvido pelos parlamentares na condição de testemunha, teve duração de cerca de cinco horas. Chamou atenção o *sujeito discursivo* Hans River utilizar estratégias discursivas de tergiversar e de não objetividade ao responder às inquirições dos parlamentares e, apenas quando insistiam por até três vezes em alguma questão, ele parecia focar mais em retornar sobre o que fora perguntado.

A posição adotada pelo depoente foi a de se colocar como prejudicado pela situação, relatando dificuldades econômicas pessoais, que teriam sido provocadas pela exposição de seu nome junto à empresa Yacows, inclusive afetando sua condição financeira para comprar insulina, pois é diabético, e também alimentos básicos como arroz.

Assim como a oitiva de Allan dos Santos, a audiência de Rivers também transparece dois tipos de *interdiscurso*: embates entre os parlamentares em função das informações que são relatadas pelo

depoente, além do apoio ou não dos parlamentares ao que a testemunha revela em suas afirmações. Com a diferença de que, na audiência de Santos, essas posições de suporte ou não parecem mais evidentes pela própria posição mais radical daquele depoente. Enquanto, em relação a River, o apoio fica claro por parte dos parlamentares bolsonaristas que o parabenizam “pela coragem de falar”, mas mais implícita em relação aos parlamentares de oposição por meio dos apontamentos de possíveis inconsistências nas falas do depoente.

Em relação ao primeiro ponto do *interdiscurso*, ocorre mesmo antes de oficialmente começar a sessão, quando se segue um longo debate entre os parlamentares sobre se a reunião deveria ser aberta à imprensa e ao público em geral, ou se seria fechada, apenas com a presença dos parlamentares. O governo e a liderança do PS fazem coro para que seja aberta, enquanto a relatora da CPMI Lídice da Mata e parlamentares da oposição reforçam ser necessário sigilo de um documento relacionado a um processo que corre na Justiça do Trabalho movido por Hans River contra a Yacows.

Em meio à discussão inicial, River acusa Rui Falcão de tê-lo chamado de “favelado” em momento antes de a sessão começar, quando já se pode observar o segundo ponto mencionado em relação ao *interdiscurso*, pois, ao longo da oitiva, Filipe Barros endossa a testemunha retomando o assunto: “...uma denúncia gravíssima de um parlamentar praticando um ato [...] contra o nosso depoente [...] talvez, sr. Hans, pela sua cor da pele, talvez pelo seu cabelo, perguntaram, questionaram se V. Ex.^a era favelado”. Eduardo Bolsonaro faz o mesmo:

Eu também fiquei perplexo aqui ao saber que o deputado Rui Falcão perguntou se o sr. Hans é da periferia ou favelado, enfim, como quer que seja, se é que isso aí é pertinente, se é que isso aí é pertinente para o que a gente está tratando aqui... E eu gostei da resposta do sr. Hans: “Eu fiz a sua campanha, deputado Rui Falcão”. Quem sabe o deputado Rui Falcão achasse que, por você ter feito a campanha dele, você teria outra conduta nesta Casa. Parabéns por manter a verdade, porque a verdade nos liberta – está escrito em João (8:32).

Rui Falcão nega a acusação, é defendido por Luizianne Lins, quem afirma que o deputado jamais teria tal conduta. Em outra oportunidade na audiência pública, Falcão relata sua versão do acontecimento:

Presidente, eu acho de extrema deslealdade o deputado Filipe Barros, com quem eu acreditava que, apesar das divergências, poderíamos ter uma convivência civilizada, ecoar uma acusação que ele não ouviu. Ele não ouviu. Eu não chamei o depoente de favelado, não o discriminei, perguntei onde ele morava. [Ele] disse aqui depois:

“Moro lá na Burguesia, na Leopoldina”. Ainda falei: “Leopoldina do Rio ou de São Paulo?”. “Não, Leopoldina de São Paulo”. Eu falei: “Você conhece outros bairros?”. “Conheço”. Eu falei: “Conhece bairro da periferia, onde eu fiz campanha?”. Ele falou: “Conheço. Fiz campanha para você”. Eu imaginei que ele tivesse feito campanha para mim, votando.

Então, não fiz campanha com a Yacows. Então, essa é uma acusação mentirosa. Não o acusei. Não cometi nada de racismo, deputado Filipe Barros. Inclusive, o senhor não ouviu isso.

Também sobre o segundo item do *interdiscurso*, apontamos que diante de momentos em que foi chamada a atenção de River por não ser sua vez de se pronunciar, feita por Paulo Ramos (PDT-RJ) ou pelo próprio presidente da CPMI Angelo Coronel, ou ainda diante da insistência do parlamentar Rogério Carvalho (PcdoB-MA) em querer obter respostas para suas perguntas, Caroline de Toni fazia intervenções dizendo que a testemunha estava sendo intimidada.

Já em relação ao *intradiscurso* presente no processo discursivo dessa audiência, nos centraremos no discurso do depoente, por emergir mais durante esse evento. Podemos analisá-lo em quatro eixos principais: 1- exposição sobre a sistemática dos disparos de mensagens em massa; 2- responsáveis/beneficiados pelos disparos; 3- conteúdo dessas mensagens; e 4- situação pessoal do depoente. No entanto, os quatro pontos assinalados estão em permanente articulação com as duas linhas do *interdiscurso* mencionadas anteriormente.

Sobre o primeiro ponto, a testemunha descreveu ao longo das horas da audiência como ocorria o processo dos disparos de mensagens em massa. Ele fora contratado para trabalhar no período da madrugada, das 22h às 6h, mas havia outros dois turnos: das 6h às 14h e das 14h às 22h. Em seu horário, havia pelo menos 500 pessoas trabalhando e nos outros turnos por volta do mesmo número, acredita o depoente.

Sobre o *modus operandi*, a testemunha conta que no computador eram emparelhados quatro ou cinco celulares com chips de operadoras diversas e fazia-se o cadastro deles no WhatsApp, utilizando números de CPFs recebidos por meio de uma lista enviada por supervisores da empresa (Flávia Alves e Lindolfo Alves). Com cada CPF era possível cadastrar de quatro a cinco chips – dependendo do limite que a operadora de celular permitia. River disse desconhecer como eram conseguidas as listas,

que continham datas de nascimentos desde 1928 até os dias atuais, bem como de onde vinham ou quem entregava as remessas de chips das operadoras de telefonia.

Já sobre o segundo eixo do *intradiscurso*, a relatora Lídice pergunta: “o senhor não sabia – obviamente já falou mais de uma vez – de outras empresas que estivessem por trás da Yacows. Não saberia dizer também quem pagava, quem contratava e quem financiava esse tipo de coisa?”. River responde que a Yacows “tinha uma forte ligação com o PT e o PT fazia um baita pagamento para a Yacows. Eu não estou falando para fazer demagogia, não estou falando isso para falar bem do filho do Bolsonaro”. Diversas intervenções fora dos microfones são realizadas, ocorrem manifestações dos parlamentares presentes. Notamos que a posição da testemunha vai ficando mais clara, ao trazer acusações contra o PT, ainda que de certa forma ele negue estar defendendo algum lado.

Sobre o terceiro eixo do *intradiscurso*, em relação ao conteúdo das mensagens, River afirma que realizava campanhas políticas ou campanhas de mercado. Nega que tenha disparado comunicações com conteúdo desinformativo ou ofensivo para os políticos. Mas sim que eram campanhas para propagandear políticos como “santinhos que são distribuídos nas ruas” na eleição, mas de forma virtual. De acordo com ele, “no momento em que a gente trabalhava nessa empresa, para nós, naquele momento, não era uma coisa que foi apresentada de uma maneira errada [...] Foi apresentado um trabalho que, para a gente, era um trabalho, entendeu?”.

Paulo Ramos (PDT-RJ) pergunta se não continham *fake news*. River insiste que não eram notícias falsas e que apareciam apenas o número, nome e zona do candidato. Enquanto Humberto Costa afirma que, em relação ao conteúdo, “ele veio com uma conversa que, realmente, pelo menos a mim, não convence”. Além disso, aponta o que avaliou como inconsistente no depoimento, pois River afirmou que começou a trabalhar na Yacows perto da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida em abril de 2020, quando no processo trabalhista que ele move contra a empresa estaria outra data: 9 de agosto de 2018.

Já Caroline de Toni, antes de começar suas perguntas, afirma estar claro por que a oposição “queria sigilo” da reunião –referindo-se aos embates no início da audiência:

[...] as acusações de toda a oposição, que tem o maior número de membros aqui, e tenta sempre fazer essa narrativa falaciosa de que teria havido disparos em massa na campanha do presidente Bolsonaro, tentando fazer um terceiro turno, sendo o sr. Hans uma dessas, entre aspas, "testemunhas-chave" dessa suposta acusação... E nós vimos

aqui, por meio do seu depoimento, exatamente o contrário. É aquilo que a gente sempre afirmou: que quem fazia disparo em massa era o Partido dos Trabalhadores. E ele veio aqui testemunhar. Então, não era à toa que o PT queria sigilo [...] demonstrando, mais uma vez, a falácia da oposição.

Assim, a ala governista vai se utilizando dos elementos que aparecem na audiência para, por um lado, enfatizar acusações contra o PT e deputados petistas (como no início da audiência no episódio com Rui Falcão), bem como realizar a defesa da campanha de Bolsonaro, alegando que não ocorreram disparos de notícias falsas, mas sim que isso foi feito pelo adversário.

Hans River chega a afirmar que fez disparos de mensagens em massa nas eleições de 2018 para as campanhas dos então candidatos à presidência Fernando Haddad (PT) e Henrique Meirelles (MDB). Por outro lado, negou ter feito qualquer campanha para Bolsonaro ou para o então governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB).

Por fim, o quarto eixo do *intradiscurso* revela como River se empenha em creditar a sua situação atual de dificuldades de encontrar emprego e necessidades financeiras à reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, assinada pela jornalista Patrícia Campos Mello, intitulada “Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição”⁶. Ao responder à pergunta de Rui Falcão questionando se ele se arrependia de ter feito o trabalho de disparos em massa:

[...] a própria jornalista acabou com o meu nome inteiro! Colocou no jornal falando coisa que eu não tinha nem falado. Falando que eu estava fazendo campanha do Bolsonaro, e eu não tinha feito; do Doria, que eu não tinha feito.

O prejuízo que essa jornalista e a Folha de S. Paulo me deram, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro, é um prejuízo meu!

Ele faz mais acusações contra a jornalista e diz que ela seria filiada ao PT, por isso seria vantajoso para ela divulgar a reportagem da forma como foi publicada, quando observamos mais uma vez o posicionamento do depoente mais alinhado com deputados governistas⁷.

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml>. Acesso em: 14. Set. 2022.

⁷ Posteriormente, são publicadas reportagens desmentindo o que foi dito por Hans River na CPMI em relação à jornalista Mello e à reportagem citada. A *Folha de Pernambuco*, reproduzindo notícia da *Folhapress* – agência de notícias pertencente ao Grupo Folha – publicou “Veja quais foram as mentiras à CPMI de ex-funcionário de empresa de disparo

3.3. Depoimento de Joice Hasselmann e a organização “gabinete do ódio”

O depoimento de Joice Hasselmann ocorreu em 4 de dezembro de 2019 e teve duração de quase dez horas. Ouvida pelos parlamentares na condição de convidada, chamou atenção o *sujeito discursivo* Joice usar afirmações com tom incisivo e altivo, além de acusatório ao revelar suas informações sobre notícias falsas por um lado e, por outro defensivo, em relação aos pontos em que é acusada por parlamentares, principalmente de seu partido, durante uma oitiva marcada pela agressividade.

O depoimento pode ser classificado pelos seguintes tipos de *interdiscurso*: de apoio por parte de políticos da oposição ainda que ressaltem as diferenças entre eles e a deputada; de apoio por parte de políticos que compuseram a frente eleitoral bolsonarista, mas que hoje se distanciaram e/ou fazem críticas públicas; de enfrentamento pela “tropa de choque bolsonarista” liderada por Eduardo Bolsonaro.

Antes de detalharmos cada um deles, cabe dizer que diferentemente das audiências de Hans Rivers e Allan dos Santos, em que o cerne dos embates se deu entre os próprios parlamentares da comissão, aqui a deputada passa a ser o ponto fulcral em que a disputa discursiva é tecida e em que é evidenciado o racha no bloco bolsonarista.

Da oposição, observamos manifestações de parabenização, como de Luizianne Lins (PT-CE), Marcio Jerry (PCdoB-MA), do senador Randolfe, que afirma considerar seu depoimento como um dos mais contundentes da CPMI, e de Bonavides (PT-RN), que comenta que o chamado “gabinete do ódio”, revelado por Hasselmann, é uma organização criminosa com participação da família Bolsonaro. Ela pergunta se a prioridade de atuação do grupo seria o Twitter, o Facebook ou o WhatsApp. Joice responde que todas as redes são usadas, “o Twitter, com hashtags e tal, mas a produção desse conteúdo, de memes, é feita e distribuída do Instagram e passada para as páginas de Facebook [...] são muitos grupos [WhatsApp]. Muitos, muitos, muitos [...]”.

em massa”: <https://www.folhape.com.br/politica/veja-quais-foram-as-mentiras-a-cpmi-de-ex-funcionario-de-empresa-de-di/130691/>. Acesso: 07. Nov. 2020.

Já outros parlamentares da oposição (Túlio Gadelha e Rogério Correia) reconhecem a importância do depoimento dela, mas a criticam por fazer parte do bolsonarismo e de sua “rede de calúnia e discurso de ódio”. Enquanto as revelações de River eram utilizadas por parlamentares bolsonaristas para a reafirmação de suas posições, as explicações de Hasselmann serviram de elementos para a oposição consolidar suas acusações contra as comunicações da campanha de Bolsonaro.

Quanto aos políticos que compuseram a frente eleitoral bolsonarista, o deputado Alexandre Frota (antigo PSL, hoje PSDB-SP) se destaca fazendo intervenções em geral contendo críticas aos filhos de Bolsonaro, com as quais a depoente concorda e comenta. Também Frota apoia e reafirma o que ela relata sobre as *fake news*: “primeiro, quero lhe dar os parabéns pela construção e pela explanação da verdade”.

Nereu Crispim (PSL-RS) revela que ele e a família “sofrem *fake news* publicadas por veículos de comunicação”, que o presidente Bolsonaro tem ouvido “pessoas erradas” que pregam a favor do AI-5 e da intervenção militar, além de acusar Bia Kicis de mentirosa. No entanto, as *fake news*, para ele, não seriam apenas de origem da imprensa, corroborando com a depoente: “existe um grupo de pessoas, assessores desses deputados que passam o dia gastando dinheiro público, acusando e difamando mandatos de deputados”.

No mesmo sentido, o deputado Júnior Bozzella (PSL-SP) diz que a revelação de Joice são “atos de flagrante crime de improbidade administrativa” em relação à suposta conduta de assessores parlamentares para disseminação de *fakes news*. Ainda se põem ao lado da depoente o deputado Felício Laterça (PSL-RJ), revelando um caso em que foi vítima de notícias falsas; e a deputada Professora Dayane (PSL-BA), que diz ser amiga de Joice e que também sofreu com *fake news* contra ela.

Já a “tropa de choque bolsonarista” constrói um discurso com dois eixos principais. Um primeiro ofensivo, acusando-a de ser traidora, classificando-a de narcisista, dizendo que ela é quem produz *fake news* e tentando associá-la à esquerda e ao PT, quando podemos observar a tentativa de colocá-la junto ao “lugar do inimigo”. Dentre as estratégias discursivas ancoradas na retórica do ódio, e que observamos na dinâmica bolsonarista na CPMI, está também a chamada por Rocha (2021) de desqualificação nulificadora, ou a “completa desumanização de todo aquele que não seja espelho de minhas próprias convicções” (p. 163). Para Marco Feliciano (PSC-SP), “[...] Joice, até dois meses

atrás, para você organização criminosa era o PT. [...] neste momento, aqui na CPI, a senhora se alia à quadrilha que simplesmente tenta de qualquer maneira derrubar o nosso presidente”.

Bia Kicis conclui em relação às manifestações na internet sobre Joice: “quero dizer que quem está escrevendo ‘traidora’ nas redes agora não são robôs, são pessoas privadas, indivíduos. E, se a deputada não gosta disso, paciência! Mas é o que o público acha dela!”.

Um segundo eixo é mais defensivo, contrapondo-se em relação às acusações da depoente, tentando deslegitimar seu discurso e relativizando as informações que ela traz em seu depoimento ao dizerem que ela não tem provas, como fez Filipe Barros (PSL-PR) e o deputado Carlos Jordy (PSL-RJ). Este segue em uma inversão de acusações ao dizer ser o PT quem realizava uma “milícia virtual”.

Já o *intradiscurso* pode ser subdividido em: 1. O discurso da própria Joice; 2. O discurso dos inquiridores em geral; 3. O discurso dos que atacam Joice.

Em relação ao *intradiscurso* de Hasselmann, a depoente discorre longamente sobre a sistemática de distribuição de *fake news*, fazendo acusações nominais em alguns momentos, reforçando que há um objetivo de construir narrativas inverídicas nas redes sociais. Assim como River em sua audiência, Joice faz apontamentos relatando o *modus operandi* principalmente da circulação de *fake news*. O “gabinete do ódio” funcionaria como um grupo articulado disseminador de informações falsas, com o objetivo de perseguir desafetos, que ela classifica como uma “organização criminosa”. Explica que passou a investigar o que acontecia após ter sido alvo de um ataque em massa na internet e por isso veio à CPMI apresentar suas conclusões.

Joice descreveu que existe a seleção de alvos a serem atacados. A partir disso, uma disseminação de conteúdos falsos é feita primeiramente em um “grupo bolha”, contendo pessoas reais, para depois expandir o compartilhamento das informações por meio de perfis de robôs nas redes sociais. Em conjunto, perfis oficiais de parlamentares e influenciadores de extrema-direita a ajudariam na pulverização:

[...] Aí há os perfis oficiais ligados ao presidente, ao filho do presidente e aos perfis de alguns parlamentares em alguns *sites*, como o Terça Livre, que tem o Allan dos Santos. Tem o Leandro, que é muito ativo nas redes sociais; tem o Olavo [de Carvalho], que é muito ativo, e alguns desses políticos que estão ali nominados, como o Eduardo, o Jair, o Abraham, a deputada Carla, o deputado Daniel Silveira e esses influenciadores.

Segundo ela, as instruções seriam passadas principalmente por Eduardo Bolsonaro e seus assessores. “E muitos perfis, sim, são *fakes*, são perfis falsos para dificultar a responsabilização desses conteúdos”, aponta Joice. Durante sua apresentação, Hasselmann vai mostrando imagens e posts disparados supostamente pelo “gabinete do ódio”:

Há uma lista de quem vai ser atacado e em que dia. Eu estou no nº 25 na lista de ataques. Então, ali tem de tudo: tem parlamentar, tem político, governador, ministro, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre... O Rodrigo passou por uma campanha superpesada de difamação também, fazendo imagens pornográficas... É o *modus operandi*, como fizeram comigo. Ali a orientação: “apague as fotos em redes sociais com os traidores ou potenciais traidores”. Isso é repassado para todo mundo, e o mutirão é feito. É bom lembrar que eles, depois de fazerem isso, distribuem para os multiplicadores pelo WhatsApp. Aí a coisa fica sem controle, sem controle nenhum.

A depoente também enfatiza a dimensão da rede de desinformação: “Assessores de deputados estaduais espalhados no Brasil inteiro fazendo isso. Não é só deputado federal, não. [...] Esse grupo coordenado na internet acaba pautando movimentos”. E continua afirmando que “o movimento conservador é o que está dentro da questão do gabinete da maldade, de espalhar *fakes* e dos crimes de improbidade que vocês verão [...]”.

Um segundo ponto a enfatizar em relação ao intradiscurso de Joice é a ponderação que a depoente faz em relação à figura do presidente da República. Por pelo menos seis vezes ela afirma acreditar que Bolsonaro desconhece o “gabinete do ódio”. Segundo ela, sua missão não é “arranhar a imagem da instituição Presidência da República”, já que participou ativamente da campanha para eleição de Bolsonaro.

Por último, cabe mencionar o tema do dinheiro público. De acordo com Hasselmann, cerca de meio milhão de reais de dinheiro público é destinado para perseguir desafetos: “em média, para fazer um disparo por robôs, para fazer essa movimentação, um disparo, uma hashtag, gasta-se R\$ 20 mil”. E ao entrar na questão de financiamento, ela faz a pergunta quem paga por isso e de onde vem o dinheiro.

Além do gabinete da Presidência da República, Joice cita o gabinete dos deputados estaduais Douglas Garcia (sem partido), Gil Diniz (sem partido) e o Movimento Conservador como alguns dos principais propagadores do discurso de ódio e *fake news* com uso de dinheiro público.

No *intradiscurso* dos inquiridores, podemos destacar dois eixos principais. Um relacionado à preocupação do financiamento do esquema, relatado por Joice, durante a campanha eleitoral. Entre perguntas de parlamentares do PT sobre o custo dos disparos em massa de notícias falsas, Angelo Coronel formaliza a questão: “a senhora tem suspeita, já que a senhora conviveu muito tempo junto ao grupo do presidente, de quem financia isso?”. Joice diz não saber. Em outro momento, Paulo Ramos (PDT-RJ) questiona se o ministro da Economia Paulo Guedes estaria financiando essa estrutura, mas Joice elogia o ministro e diz não acreditar nessa possibilidade.

O segundo eixo enfatiza a gravidade da organização “gabinete do ódio”. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) diz se tratar de uma organização fascista. Enquanto o senador Humberto Costa (PT-PE) ressalta se tratar de uma situação grave, assim como Ivan Valente (Psol-SP).

Sobre o *intradiscurso* dos que atacam Joice, está presente principalmente a continuidade das investidas contra a esquerda e o PT – relacionado também ao interdiscurso, já mencionado anteriormente –, além da reiteração do tema da defesa da liberdade de expressão. Pontos já identificados e enfatizados em outros momentos deste artigo.

Kicis afirma que não viu, durante a audiência, a presença de *fake news* e nem de crimes, reafirma a necessidade de liberdade de expressão e continua com o discurso de traição em relação à Joice, insinuando uma tentativa de censura: “é impressionante como aquelas pessoas que se dizem da direita, mas que vão se juntando à narrativa da esquerda, tentam censurar”.

Joice responde afirmando que esse é o *modus operandi* da narrativa: apontar alguém que não concorda com um ponto específico do governo e “você já cola um selo: ‘É de esquerda! Está contra mim! Está contra o governo!’”, afirma ela.

As estratégias discursivas presentes na CPMI

Retomando as bases da análise de discurso de Orlandi (1994; 2015), foi possível observar que na situação discursiva onde as disputas de poder entre os representantes do legislativo federal, qual seja, os desdobramentos da eleição de 2018 (sendo essa uma das categorias heurísticas que funcionou como filtro das falas durante as oitivas), há um reavivamento da memória discursiva de extrema polarização

que marcou tal pleito, e que também se fez uma variável explicativa de voto, já que, segundo Nicolau (2020, p. 86): “[...] para cerca de 30% do eleitorado houve convergência entre uma atitude antipartidária e voto: esses eleitores são antipetistas e votaram no candidato do PSL”.

Quanto à formação discursiva e considerando o dito por Orlandi (2015, p. 44) de que elas não se apresentam como blocos homogêneos, mas “[...] são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”, optamos por apresentar a sistematização abaixo para que essas contradições e a fluidez se evidenciem.

Quadro 2 - Bases do discurso dos depoentes

	Sujeito discursivo	Interdiscurso	Intradiscurso
Allan dos Santos	Mobiliza as estratégias discursivas de sátira, provocação (acusando inquiridores de emitirem <i>fake news</i>) e de refutação.	1. Disputa, por vezes exacerbada, entre os próprios parlamentares (bolsonaristas versus petistas); 2. Convergência e concordância entre parlamentares e o próprio depoente.	1. Discurso dos inquiridores (acusações expressas de prática de fake news; se faz parte de uma milícia digital bolsonarista); 2. Discurso do próprio Allan (crítica intensa às agências de checagem de informação; defesa de sua função jornalística); 3. Discurso dos apoiadores de Allan (sobre o youtuber ser uma fonte de informação e tecendo críticas ao sistema midiático brasileiro; como uma defesa à presidência de Jair Bolsonaro).
Hans River do Rio Nascimento	Utiliza estratégias discursivas de tergiversar e de não objetividade.	1. Embates entre os próprios parlamentares; 2. duas posições em relação ao que a testemunha dizia.	1. Discurso do Hans (exposição sobre a sistemática dos disparos de mensagens em massa; responsáveis/beneficiados pelos disparos; sobre o conteúdo dessas mensagens; situação pessoal do depoente).
Joice Hasselmann	Utiliza uma estratégia discursiva com tom incisivo e altivo, além de acusatório e defensivo.	1. De apoio por parte de políticos da oposição ainda que ressaltem diferenças; 2. De apoio por parte de políticos que compuseram a frente eleitoral bolsonarista; 3. De enfrentamento pela “tropa de choque bolsonarista”.	1. Discurso de Joice (gabinete do ódio; ponderação em relação ao presidente Bolsonaro; dinheiro público envolvido no “esquema”); 2. Discurso dos inquiridores (preocupação com o financiamento do “esquema”; ênfase na gravidade da organização gabinete do ódio); 3. Discurso dos que atacam Joice (investidas contra a esquerda e o PT; defesa da liberdade de expressão).

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Ao analisar as discursividades presentes nas oitivas selecionadas para esta pesquisa, ressaltamos que o bloco bolsonarista se utiliza dos três eventos para permanecer em sua estratégia política de semear

a dúvida, já que “uma dúvida nasce do confronto de argumentos opostos” (Empoli, 2019, p. 93), e alavancar suas ideias por meio do conflito, colocando-se de maneira a tumultuar as audiências, com produção de ruído (Couto, 2021). Assim, as informações dos depoentes e as audiências como um todo servem de impulso para a reafirmação de ideias, postura e posições que contribuíram com a chegada de Bolsonaro ao poder. Nesse sentido, Rocha (2021) destaca sobre o conteúdo desinformativo:

[...] uma boa parte desse material é elaborada por meio de intrincadas teorias conspiratórias, evidenciando um evidente propósito de desinformação com o desejo de produzir o caos cognitivo sem o qual o bolsonarismo dificilmente se sustenta (Rocha, 2021, p. 25).

Considerando que uma das duas categorias heurísticas que utilizamos como filtro foi o posicionamento dos políticos e depoentes em relação à disseminação de desinformação, destacamos outro ponto que permeia as audiências: a existência de uma disputa, por meio de acusações, sobre quem profere *fake news*. Há uma mobilização por parte dos bolsonaristas: Zambelli afirma que Hasselmann produziu *fake news*; a oposição, na figura de Randolfe, é acusada de realizar notícias falsas; a imprensa diversas vezes é citada como produtora de *fake news*; e chega a surgir ainda a acusação de a própria CPMI “ser *fake*”.

Por outro lado, os bolsonaristas são apontados como produtores de *fake news* pela oposição, bem como isso aparece fortemente e se torna fio condutor no depoimento de Hasselmann com a denúncia da existência do “gabinete do ódio”.

Outra estratégia bolsonarista é a de mobilizar a confusão entre o conceito de *fake news* e o de liberdade de expressão ao dizerem que há uma tentativa de censurar as ideias dos conservadores ao classificá-las como informação falsa. Assim, para os bolsonaristas não há disseminação de *fake news*, mas sim liberdade de opinião. Porém, segundo Arendt (1967), é preciso diferenciar opinião de falsidade deliberada:

Os factos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de fato. A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os fatos não estiver garantida e se não forem os próprios fatos o objeto do debate (Arendt, 1967, p. 30).

Evidencia-se ainda a atuação dos deputados e senadores governistas para colocar na posição do inimigo principalmente o PT, o comunismo, a esquerda e a imprensa. Os dois primeiros elementos foram largamente mobilizados em manifestações da direita nas redes sociais e nas ruas em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff, além da pauta anticorrupção, o que permitiu formular uma frente ampla que se articulou na construção de uma identidade (cidadãos de bem) antipetista (Penteado & Lemer, 2018). Já quando ocorre o depoimento de Hasselmann, que fez parte da frente eleitoral bolsonarista, os ataques se voltam contra ela. Portanto, nesse momento, ela é quem é alçada à condição de inimiga.

Considerações finais

A partir das análises das audiências é possível destacar, como um dos achados da pesquisa, a identificação da formação de dois blocos discursivos antagônicos. Durante as duas primeiras oitivas compreende-se mais uma faceta das disputas ocorridas no pleito de 2018, principalmente no segundo turno, que revelou uma divisão clara entre apoiadores do então candidato Bolsonaro, de um lado, catalisando o sentimento antipetista da população no momento e, do outro, um posicionamento de suporte ao PT, não como um bloco homogêneo, mas como aderência a uma posição antibolsonarista. Bem como encontrado nas duas oitivas mencionadas.

Essa lógica sofre um rearranjo na audiência de Hasselmann, em que um dos blocos discursivos se fragmenta em dois outros: aqueles que compuseram a frente eleitoral bolsonarista – como é o caso da própria depoente e de Alexandre Frota – e os que defendem Bolsonaro e adotam uma estratégia discursiva de ataque exacerbado. Apontamos, assim, esse rearranjo como um segundo achado da pesquisa, ao compreendermos as posições e os reposicionamentos que vão ocorrendo à medida que os depoimentos acontecem. Cabe destacar, que ambos os políticos foram derrotados nas urnas nas eleições 2022, após a ruptura com o bolsonarismo e a migração para o PSDB. Ao passarem a ser desconstruídos nas redes sociais por bolsonaristas, obtiveram votações inexpressivas⁸, demonstrando que a grande votação obtida em 2018 estava vinculada mais à força do grupo que aderiram naquele momento do que a um capital político próprio.

⁸ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/candidatos-famosos-nao-eleitos-2022/> Acessado: 07. Out. 2022.

Por meio do *interdiscurso*, apontamos nas audiências de Hans e de Santos a disputa entre os próprios parlamentares, além da convergência e concordância entre os parlamentares e os depoentes, que ocorreu de maneira mais explícita em ambas as oitivas por parte do grupo bolsonarista e, por parte da oposição, mais evidente no caso de Allan dos Santos no aspecto da discordância. Enquanto no caso de Hasselmann se destaca a discordância e os ataques à depoente por parte da ala governista ou “tropa de choque bolsonarista”.

Apontamos que Santos está foragido após ter sido condenado por calúnia e difamação contra uma produtora cultural. Atualmente mora nos Estados Unidos e sua extradição foi solicitada pelo Supremo Tribunal Federal⁹.

Também identificamos elementos do funcionamento da produção e da disseminação massiva de *fake news* no pleito brasileiro. Enquanto River foca em explicar como se dava essa sistemática¹⁰, o depoimento de Hasselmann também traz importantes informações sobre o *modus operandi*, apontando o funcionamento como uma organização que está vinculada ao Palácio do Planalto com o objetivo de perseguir desafetos do governo. Já no depoimento de Santos, chama atenção a tentativa de legitimar a construção e a produção de materiais desinformativos.

Isto posto, retomamos nossa hipótese para corroborá-la, tendo em vista que as evidências obtidas na sistematização das oitivas nos levam a concluir que há uma ação deliberada do bloco bolsonarista em controlar os sentidos discursivos que emergiram na CPMI das *Fake News*, mesmo quando este apresentou rachas como em relação ao *sujeito discursivo* Hasselmann.

Assim, dentre os resultados da pesquisa, demonstramos uma parte das dinâmicas do bolsonarismo se apresentando em mais um espaço, o da CPMI, além de evidenciarmos como isso foi feito por meio da continuidade do uso de determinados mecanismos: a atuação da ala governista reproduziu no âmbito da comissão estratégias retóricas para a disputa política já realizadas na campanha eleitoral e durante o governo Bolsonaro, como ataques à imprensa, retórica do ódio, criação de inimigo e instrumentalização dos termos liberdade de expressão e *fake news*.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/moraes-cobra-ministerio-da-justica-sobre-extradicao-de-allan-dos-santos.shtml> Acessado: 07. Out. 2022.

¹⁰ Apesar de haver controvérsias em relação a determinadas informações relatadas por River – como fica claro nos dias que se seguem à sessão, sobre os equívocos ditos durante seu depoimento –, interessa destacar também os elementos que possibilitaram os disparos em massa de forma ilegal em 2018, explicitados em seu depoimento.

Dessa forma, consideramos que este artigo oferece aos estudos de comunicação política a compreensão sobre as estratégias discursivas construídas e controladas pelos políticos, influenciadores e outros líderes de opinião do bolsonarismo, a partir do episódio político-midiático *CPMI das Fake News*, mais um capítulo das disputas de narrativas. Para uma agenda de pesquisa, poderia ser interessante avançar nos estudos de como se dá a produção discursiva do bolsonarismo em outros eventos políticos, como nas demais oitivas dessa CPMI, ou ainda em outra investigação parlamentar durante o governo Bolsonaro, a CPI da Pandemia, com o intuito de aprofundar outros capítulos das disputas de narrativas.

Esclarecemos que o trabalho trata especificamente das estratégias discursivas em um determinado evento político, não abarcando as reverberações posteriores dessas discursividades.

Por fim, entendendo a CPMI como também um espaço de visibilidade, já que há transmissão ao vivo das audiências e cobertura da imprensa sobre os assuntos tratados durante os depoimentos, evidenciamos uma última questão. Além de local comum de disputa política parlamentar, interessava especificamente ao bolsonarismo minar os trabalhos investigativos de tal espaço, já que a comissão atingia negativamente Jair Bolsonaro e seu governo do ponto de vista da construção do imaginário da população sobre os fatos.

Referências bibliográficas

ALLCOTT, H., H., & GENTZKNOW, M. 2017. *Social media and fake news in the 2016 election*. Journal of Economic Perspectives, vol. 31(2), 211-236.

ARENDT, H. 1967. *Verdade e Política*. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-pol%C3%ADtica.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2017.

BENITES, A. 2018. *A máquina de “fake news” nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp*. Acessado em 13 de junho de 2022, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html

BOUNEGRU, Liliana; GRAY, Jonathan; VENTURINI, Tommaso; MAURI, Michele (comp.). 2017. *A field guide to fake news: a collection of recipes for those who love to cook with digital methods*.

[S.I.]: Public Data Lab: Research Report: 7 abr. 2017. cap. 1-3. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3024202>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CASTELLS, M. 2009. *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.

CEPÊDA, V. A. 2018. *A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais*. In *Mediações*. Londrina, v. 23 n. 2, p. 75-122, mai./ago.

CESARINO, L. 2020. *Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil*. Internet & Sociedade. N. 1. V. 1. Fev.

CHAGAS, V.; MODESTO, M.; MAGALHÃES, D. 2019. *O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro*. Esferas. Brasília, n. 14, p. 1-17, janeiro/abril.

CHAGAS, V. 2022. *WhatsApp and Digital Astroturfing: A Social Network Analysis of Brazilian Political Discussion Groups of Bolsonaro's Supporters*. International Journal of Communication 16.

CHICARINO, T. S.; RONDEROS, S. 2019. Entre a eliminação e o dissenso: soberanismo bolsonarista contra o *ethos* democrático. *Revista Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 26.

CONCEIÇÃO, D. L. L.; LOBO, D. A. C. 2019. *Ódio e fake news como estratégia política no discurso de Bolsonaro nas redes sociais digitais*. Paper apresentado no 43º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.

COUTO, C. G. 2021. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (orgs.) *Governo Bolsonaro: retrocesso e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica.

DOURADO, T. M. S. G. 2020. *Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil*. 323 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

EMPOLI, G. Da. 2019. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio.

GOMES, W.; DOURADO, T. 2019. *Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia*. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 16, n. 2, p. 33-45.

HIRSCHMAN, A. O. 1992. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S.; CAPONE, L.; MANNHEIMER, V. 2019. *De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil*. In: Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.

- KALIL, I. 2018. *O que são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Relatório do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU) da FESPSP. In: <https://www.fesp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>
- MARTINS, J. M. L.; ALVES, M. CHICARINO, T. 2021. *Candidatas para o Brasil de Bolsonaro: as porta-vozes da direita na política digital*. Política. Revista De Ciência Política, 59(2), 121–142. <https://doi.org/10.5354/0719-5338.2021.64911>
- MARWICK, A.; LEWIS, R. 2017. *Media Manipulation and Disinformation Online*. Data & Society Research Institute. Disponível em: https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_MediaManipulationAndDisinformationOnline.pdf. Acesso: 05/03/2021.
- NICOLAU, J. 2020. *O Brasil dobrou à direita*. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar.
- ORLANDI, E. P. 2015. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores.
- ORLANDI, E. P. 1994. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar.
- PENTEADO, C. L. C.; LEMER, C. 2018. *A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff*. Em Debate, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.12-24, abril/2018.
- RECUERO, R. 2020. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* [online]. V. 20, n. 3 [Acessado 26 junho 2022], pp. 383-406.
- ROCHA, J. C. de C. 2021. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Editora: Caminhos.
- ROCHA, C. 2022. *Influenciadores digitais e a extrema-direita brasileira*. A democracia aceita os termos e condições? Eleições 2022 e a política com algoritmos. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll.
- SANTOS, F.; BARBOSA, L. M. 2021. Bolsonaro e o Congresso: a caminho da estabilidade? In: AVRITZER, L.; KERCHER, F.; MARONA, M. (orgs.) *Governo Bolsonaro: retrocesso e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SEGURADO, R; CHICARINO, T. S. (orgs). 2022. *Fake news e desinformação nas eleições de 2020*. Porto Alegre: Editora Fi.

SEGURADO, R.; CONCEIÇÃO, D. L. L.; MARCHENA, K. 2021. *Eleições municipais de 2020: análise sobre a recepção das fake news e a dieta informacional do eleitorado paulistano*. In: 9ª edição da COMPOLÍTICA, on-line.

TANCOD JR., Edson C., LIM, Zheng Wei & LIND, Richard. 2017, Defining “Fake News”. In: *Digital Journalism* 6:2, 137-153.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*, 2017.

Sobre as autoras

Tathiana Chicarino é professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Cientista Política. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, onde é pesquisadora do Núcleo de Estudo em Arte, Mídia e Política (NEAMP) e do Observa (Observatório de conflitos on-line).

Desirée Luíse Lopes Conceição é jornalista e mestre em Ciência Política pela PUC-SP, onde também é pesquisadora do NEAMP. É professora da pós-graduação da PUC-SP e da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP).

Rosemary Segurado é doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, onde coordena o curso de especialização Redes Digitais, Política e Cultura e integra como pesquisadora o NEAMP. Possui pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid.

Data de submissão: 13/10/2022

Data de aprovação: 02/02/2023